

Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamentos HU S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e
Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamentos HU S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamentos HU S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamentos HU S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BCB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BCB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

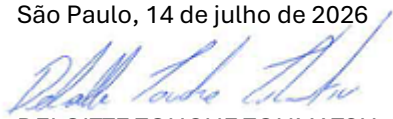
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de julho de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa		50			
Disponibilidades	4	50	Passivos financeiros ao valor justo pelo resultado		64.391
			Contas a pagar de aquisição de empresa	14	64.391
Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado		279.458	Passivos financeiros ao custo amortizado		173.375
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	58.465	Depósitos de clientes	15	7.275
Títulos e Valores Mobiliários	6	221.090	Valores a pagar relativos a transações de pagamento	16	140.256
Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	6	(97)	Contas a pagar de aquisição de empresa	14	25.844
Ativos financeiros ao custo amortizado		180.539	Outros passivos	17	19.835
Valores a receber relativos a transações de pagamento	7	145.763			
Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	9	(7.638)			
Outras contas a receber	8	42.414			
Ativos fiscais		3.328	Patrimônio Líquido	19	298.503
Ativos fiscais correntes	10	3.328	Capital social		330.283
Outros ativos	11	2.448	Reservas de capital		659
Investimentos	12	78.508	Prejuízos acumulados		(32.439)
Imobilizado de Uso		1			
Intangíveis	13	11.771			
TOTAL DO ATIVO		556.104	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		556.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025****(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)**

	Nota explicativa	2025	
		2º semestre	Exercício
Receita líquida de prestação de serviços		18.566	34.845
Resultado de intermediação financeira		34.964	50.803
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	53.530	85.648
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	(10.011)	(18.813)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		43.519	66.835
PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9	(1.758)	(4.217)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesa com pessoal	23	(4.736)	(7.967)
Despesas gerais e administrativas	24	(2.954)	(5.334)
Despesa de depreciação e amortização	12 e 13	(8.986)	(17.971)
Outras despesas e receitas operacionais		(757)	(1.510)
Resultado de equivalência patrimonial	12	3.416	2.811
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		27.744	32.647
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(14.659)	(40.741)
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(14.659)	(22.423)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	(18.318)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE E EXERCÍCIO		13.084	(8.094)
QUANTIDADE DE AÇÕES		713.283	713.283
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE E EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO C	25	18,34	(11,35)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	2025	
		2º semestre	Exercício
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE E EXERCÍCIO		13.084	(8.094)
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE E EXERCÍCIO		13.084	(8.094)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2025		330.283	659	(45.523)	285.419
Lucro líquido do semestre		-	-	13.084	13.084
Saldos em 31 de dezembro de 2025		330.283	659	(32.439)	298.503
Saldos em 31 de dezembro de 2024		75.283	659	(29.042)	46.900
Adoção inicial a Resolução BCB nº 352 em 01/01/2025	2	-	-	4.697	4.697
Saldos em 01 de janeiro 2025		75.283	659	(24.345)	51.597
Aumento de Capital	19	255.000	-	-	255.000
Prejuízo do exercício		-	-	(8.094)	(8.094)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		330.283	659	(32.439)	298.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		2025	
	Nota Explicativa	2º semestre	Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do semestre e exercício		13.084	(8.094)
Reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do semestre e exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	12 e 13	8.985	17.970
Reversão (provisão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	1.758	4.217
Provisão juros sobre Empréstimo - Mútuo	20	(4.042)	(6.721)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	18.318
Equivalência Patrimonial	12	(3.416)	(2.811)
TOTAL DOS AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO		16.369	22.879
Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(53.645)	(31.679)
Títulos e Valores Mobiliários		81.078	(221.090)
Valores a receber relativos a transações de pagamento		(80.437)	(54.927)
Outras contas a receber		(535)	4.930
Ativos fiscais		(2.155)	(1.574)
Outros ativos		(160)	(2.182)
Depósitos de clientes		2.682	7.275
Valores a pagar relativos a transações de pagamento		20.847	15.013
Contas a pagar de aquisição de empresas		1.738	3.240
Outros passivos		15.073	27.421
TOTAL DE DECRÉSCIMO/ACRÉSCIMO NOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		855	(230.694)
Pagamento de imposto de renda sobre mútuos		430	737
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.437)	(11.823)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(8.152)	(241.780)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de intangível		(1.873)	(4.507)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.873)	(4.507)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		-	255.000
Concessão de Empréstimo - Mútuo		(1.700)	(40.600)
Recebimento de pagamento sobre Empréstimo - Mútuo		5.187	25.916
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		3.487	240.316
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(6.538)	(5.971)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício		6.588	6.021
No fim do do semestre/exercício	4	50	50
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(6.538)	(5.971)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.
(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A. (“Edenred Mobilidade” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 30 de julho de 2013, como B2B Com. Eletrônico de Peças S.A., tendo sua denominação social alterada no dia 27 de dezembro de 2022, com sede na cidade de Campo Bom, estado do Rio Grande do Sul, na rua Machado de Assis, 50, prédio 3 - Sala 201, tendo como única acionista e controladora a Repom Holding Financeira S.A., e ambas integram o Grupo Edenred, controlado pela Edenred Brasil Participações S.A.

A Edenred Mobilidade tem como objeto a emissão de instrumentos de pagamentos pré-pagos para pagamento de pedágio eletrônico, na qualidade de instituição de pagamento, na modalidade de emissor de moeda eletrônica; prestação de serviços de emissão, de administração e de pagamento relacionados a instrumentos de pagamento pós-pago; intermediação de negócios e atividades de serviços financeiros; e serviços de processamentos, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e hospedagem. Adicionalmente, atua como parceiro na revenda de ‘tags’ da controlada Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento HUE. S.A. (“Greenpass”).

A Edenred Mobilidade obteve em 14 de fevereiro de 2024, autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, na modalidade de emissora de moeda eletrônica e emissora de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022, conforme publicação no Diário Oficial da União.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Edenred Mobilidade passou por um processo de reorganização societária com o objetivo de promover maior alinhamento estratégico às diretrizes e necessidades do negócio. Como parte dessa reestruturação, o controle societário foi transferido da Ticket Soluções Holding Financeira S.A. para a Repom Holding Financeira S.A., ambas pertencentes ao mesmo grupo econômico, que resultou em um aumento de capital no montante de R\$255.000 mil, que viabilizará a continuidade das operações da Companhia.

A Edenred Mobilidade apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 prejuízo de R\$ 8.094 (lucro de R\$ 13.084 no semestre findo em 31 de dezembro de 2025), sendo o exercício substancialmente impactado por baixas de impostos diferidos, em função da mudança do regime de tributação federal do Lucro Real para o Lucro Presumido, visando maior alinhamento a estrutura e objetivos de negócio da Edenred Mobilidade. O atual plano de negócios da Edenred Mobilidade evidencia lucros futuros, em decorrência da continuidade do plano de reorganização e reestruturação societária da Edenred Mobilidade, ampliando assim a posição patrimonial da empresa e possibilitando o investimento contínuo em melhorias no modelo de negócio e produtos ofertados a seus consumidores finais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com a Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024, o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – (“COSIF”), normas e Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 do BACEN e suas alterações posteriores, Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo BACEN:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | Resolução CMN nº 4.524/16.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível | Resolução BCB nº 07/20.
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 06 (R2) – Arrendamentos | Resolução BCB nº 391/23.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | Resolução BCB nº 08/20.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 24 - Evento Subsequente | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução BCB nº 09/20.
- CPC 27 – Ativo Imobilizado | Resolução BCB nº 06/20.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | Resolução BCB nº 59/20.
- CPC 41 – Resultado por ação | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente | Resolução BCB nº 120/21.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as normas e instruções do BACEN, quando aplicáveis, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como:

- i) Valor justo de determinados ativos e passivos financeiros.
- ii) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito.
- iii) Impairment de ativos não financeiros.
- iv) Prazo de vida útil do ativo imobilizado.
- v) Prazo de vida útil de ativos intangíveis.
- vi) Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes.



A liquidação das transações envolvendo estes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas, sendo estas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no semestre em que as estimativas são revistas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional da Edenred Mobilidade e a moeda de apresentação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Administração em 14 de julho de 2026. Conforme facultado pelo art. 102 da Resolução BCB nº 352/23, não estão sendo apresentados saldos comparativos nas divulgações de 2025.

2.1 Adoção de novas normas e interpretações

2.1 Adoção de novas normas e interpretações em 01.01.25

Resolução BCB nº 391, publicada em junho de 2024, altera a Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Esta Resolução estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil que devem observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado em 6 de outubro de 2017, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Companhia não possui ativos e passivos de arrendamento, dessa forma, não houve impactos de adoção inicial.

A Resolução BCB nº 352, publicada em 23 de novembro de 2023, introduz novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento, e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.





Os principais assuntos relativos à adoção da Resolução nº 352/23, e avaliação dos impactos na Companhia, encontram-se detalhados a seguir:

Classificação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros foram ajustados e reclassificados com base no modelo de negócios da Companhia e nas características contratuais de cada instrumento segundo as categorias Custo Amortizado, Valor Justo por Meio de Resultado ou Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes. Essa reclassificação resultou na substituição das categorias atuais utilizadas para classificar os Títulos e Valores Mobiliários.

As características contratuais dos ativos financeiros foram verificadas pela avaliação dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos, que deverão se constituir como somente pagamentos de principal e juros (teste SPPJ). O teste SPPJ é fundamental para a adequada classificação dos ativos financeiros entre Custo Amortizado, Valor Justo por Meio de Resultado ou Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes. A Companhia não identificou até o momento a necessidade de outros ajustes além da reclassificação dos ativos financeiros nessas três novas categorias.

Provisão para perdas esperadas

A Resolução nº 352/23 introduz um novo modelo para constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, substituindo as definições da Resolução nº 2.682/99. A Companhia adotou uma metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando, em relação a contraparte pessoa jurídica, sua situação econômico-financeira, grau de endividamento, histórico de pagamentos, limites de crédito na instituição e no sistema financeiro e adequação entre os fluxos de caixa do devedor e suas obrigações com instituições financeiras.

A adoção desse modelo gerou uma reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos valores a receber relativos a transações de pagamento no montante de R\$ 7.117, impactando o patrimônio líquido em R\$ 4.697, líquido dos efeitos tributários.

Taxa efetiva de juros

Os conceitos de taxa efetiva de juros na apropriação de Receitas sobre instrumentos financeiros que se enquadram no teste de SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Resolução BCB nº 390, altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil e as principais regras para utilização das rubricas contábeis do elenco de contas do Cosif, no que diz respeito aos níveis de agregação e aos tipos de rubricas contábeis.

Abaixo efeitos decorrentes da adoção inicial da norma e impactos para fins comparativos às demonstrações financeiras de 31/12/2024:

Classificação anterior a adoção da Res. BCB nº 352/23	Saldo em 31.12.24	Reclassificações/ Remensurações	Saldo em 01.01.25	Novas classificações de acordo com a Res. Res. BCB nº 352/23
Disponibilidades	6.021	-	6.021	Disponibilidades
Aplicações interfinanceiras de liquidez	26.786	-	26.786	Aplicações interfinanceiras de liquidez - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Rendas a receber	90.836		90.836	Valores a receber relativos a transações de pagamentos - Ativos financeiros ao custo amortizado
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito	(10.635)	7.117	(3.518)	Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito - Ativos financeiros ao custo amortizado
Ativos fiscais correntes	1.754	18.318	20.072	Ativos fiscais - corrente e diferidos
Despesas antecipadas	266		266	Outros ativos
Empréstimos - Mútuo	20.969	(20.969)	-	
Outras contas a receber	5.708	20.969	26.677	Outras contas a receber - Ativos financeiros ao custo amortizado
Ativos fiscais diferidos	20.738	(20.738)	-	
Investimentos	63.891		63.891	Investimentos
Imobilizado de uso	2	-	2	Imobilizado de uso
Intangível	7.610	-	7.610	Intangível
TOTAL DO ATIVO	233.946	4.697	238.643	

Classificação anterior a adoção da Res. BCB nº 352/23	Saldo em 31.12.24	Reclassificações/ Remensurações	Saldo em 01.01.25	Novas classificações de acordo com a Res. Res. BCB nº 352/23
Fornecedores	1.518	(1.518)	-	
Obrigações sociais e trabalhistas	1.076	(1.076)	-	
Obrigações fiscais correntes	770		770	Passivos fiscais - Passivos fiscais correntes
	126.117	(874)	125.243	Valores a pagar relativos a transações de pagamentos - Passivos financeiros ao custo amortizado
Outras contas a pagar - CP	57.565	(22.604)	34.961	Contas a pagar de aquisição de empresa - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Outras contas a pagar - LP		22.604	22.604	Contas a pagar de aquisição de empresa - Passivos financeiros ao custo amortizado
		3.468	3.468	Outros Passivos
Capital social	75.283		75.283	Capital social
Reserva de capital	659	-	659	Reserva de capital
Prejuízos acumulados	(29.042)	4.697	(24.345)	Prejuízos acumulados
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	233.946	4.697	238.643	



2.3 Normas, alterações e interpretações que entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2027

Hedge Accounting

Os requisitos de Hedge Accounting estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Ressalta-se que as operações de hedge devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo sua adoção aprovada pelo BACEN conforme resolução BCB nº 352, para as novas categorias descritas abaixo:

- Hedge de valor justo;
- Hedge de fluxo de caixa;
- Hedge de investimento líquido no exterior.

Renegociação e Reestruturação: Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas. Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Edenred Mobilidade não identificou impactos futuros relevantes em suas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalente de caixa

São representados por dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, aplicações de curto prazo, não estando sujeitos a um risco significativo de mudança no seu valor justo. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução BCB nº 352/23. Dessa forma são classificados entre as categorias:

- custo amortizado;
- valor justo no resultado; e
- valor justo em outros resultados abrangentes.



Esta classificação é definida com base nos modelos de negócio estabelecidos pela Greenpass e nos resultados dos testes de SPPJ. Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

c.1) Ativos financeiros mensurados a custo amortizado (“CA”)

Em conformidade com a Resolução CMN BCB nº 352, e de acordo com o modelo de negócios da instituição, todos os ativos financeiros são classificados na categoria custo amortizado (CA), considerando:

- O objetivo do modelo de negócios é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais;
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas;
- Os ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objetivo de rentabilidade sobre o patrimônio líquido, dentro dos limites específicos de risco estabelecidos e aprovados pela diretoria da instituição;
- As receitas são reconhecidas no resultado utilizando-se o método de juros efetivos, quando aplicadas;
- Não são reconhecidas receitas de ativos classificados como problemáticos antes de seu efetivo recebimento.

c.2) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como VJORA.

c.3) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”)

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

c.4) Passivos financeiros

A Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como “valor justo por meio do resultado” ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;



- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;

Os passivos financeiros da Companhia são classificados conforme a determinação do art.9º da resolução BCB nº 352/2023.

c.5) Taxa de juros efetiva (TJE)

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (custo amortizado antes de qualquer provisão ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

A Companhia não identificou valores de originação nos seus instrumentos financeiros em que se aplique o conceito de TJEO pela incorporação desses, ao fluxo dos ativos e passivos.

d) Valores a receber relativos a transações de pagamentos

São representados pelos valores a receber de clientes referente as operações de pedágio eletrônico, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

e) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

A Companhia realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Simplificada, de acordo com os critérios da Resolução BCB nº 352/2023, com base nos art. 50 e 51.

Os ativos financeiros são classificados na carteira C5, nos termos do art. 81 da Resolução BCB nº 352/2023.

A Companhia possui documentação, processos e procedimentos acerca da caracterização e descaracterização de ativo financeiro com problema de recuperação de crédito de acordo com as diretrizes da resolução supracitada, e os níveis de provisão são aplicados de acordo com as diretrizes regulatórias vigentes.

Conforme requerido pela Resolução BCB nº 352/2023, um ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Edenred Mobilidade determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Edenred Mobilidade em sua controlada. A Edenred Mobilidade determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Edenred Mobilidade calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.



Não houve a necessidade de constituição de provisão de perda por redução ao valor recuperável para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

O valor de ágio e a mais valia são resultantes da aquisição da Greenpass, e são amortizados de acordo com a sua vida útil.

g) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo seu valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando a taxa anual de 20% aplicada para software e programas de computador.

h) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução BCB nº 120/21 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, não houve reconhecimento de perda por impairment durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

i) Depósitos de clientes

Os valores registrados na conta de depósitos de clientes, classificados ao custo amortizado, são originados de recursos recebidos de terceiros a título de repasse para pagamento da Rede Credenciada. A Edenred Mobilidade atua como meio de pagamento no mercado de transportes, operando como agente de repasses, sendo registrado nessa conta apenas os movimentos operacionais de repasse, sem inclusão de taxas nem outro tipo de cobrança ou remuneração pelos serviços prestados; esses saldos são restritos às transações-fim e não podem ser utilizados para nenhum outro tipo de operação.

j) Contas a pagar a estabelecimentos

Compreendem os saldos transacionados pelos clientes pessoa física da Edenred Mobilidade, creditados nas tags, colocados em circulação cuja obrigação financeira ainda não foi liquidada com os estabelecimentos parceiros.

k) Valores a pagar relativos a transações de pagamentos

Compreendem os saldos transacionados nas tags para o repasse referente a transações realizadas pelos usuários dos sistemas Taggy e Parkky da controlada Greenpass.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução BCB nº 09/20, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Edenred Mobilidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.
- Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

m) Imposto de renda e contribuição social

No exercício de 2025, a Companhia optou por alterar seu regime de apuração de tributos federais, migrando do Lucro Real para o Lucro Presumido, conforme previsto na legislação tributária vigente (arts. 516 a 528 do RIR/2018).

Para o Lucro Presumido, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% sobre a receita bruta auferida com a venda de serviços; acrescida dos rendimentos de aplicações financeiras e as receitas e os ganhos de capital, não decorrentes da atividade operacional da pessoa jurídica, mais adicional de 10% sobre a base de cálculo do imposto ajustada que exceder a R\$60 trimestrais, perfazendo R\$240 anuais.

Para o Lucro Presumido, a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% mais os acréscimos previstos na forma da legislação vigente

A decisão foi tomada após análise da estrutura operacional e financeira da Companhia, considerando fatores como simplificação das obrigações acessórias, previsibilidade na apuração dos tributos e adequação ao porte e à natureza das atividades desenvolvidas.

A mudança passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025, sendo aplicada para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Os tributos passaram a ser calculados com base em percentuais fixos sobre a receita bruta, conforme o tipo de atividade econômica da Companhia.

Em razão dessa alteração, e em conformidade com a regulamentação contábil e fiscal vigente, os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos anteriormente reconhecidos foram revertidos integralmente no mês de janeiro de 2025, tendo em vista que tais ativos e passivos fiscais estão vinculados exclusivamente às diferenças temporárias do regime de Lucro Real, não aplicáveis ao Lucro Presumido.

A Companhia ressalta que, conforme a evolução do planejamento tributário e estratégico da Companhia, poderá haver a reconstituição de ativos e passivos fiscais diferidos em exercícios futuros, caso haja nova opção pelo regime de Lucro Real.

n) Pérdus et Perime

É o reconhecimento de uma provisão de receita correspondente ao saldo em circulação de tags não utilizados pelos usuários, após um período determinado e que se enquadre nas regras de expurgos pré-determinados conforme política da Edenred Mobilidade, reconhecida definitivamente após 5 anos.

o) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

p) Resultados não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/20, dispõe sobre a divulgação de resultados não recorrentes, sendo eles considerados os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não estejam previstos para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultados não recorrentes auferidos no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.



4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Em 31 de dezembro 2025, o saldo de caixa e equivalente de caixa é composto por:

	Saldo em 31/12/2025
Disponibilidades (i)	50
Total	50

(i) Os saldos de disponibilidades são compostos por moeda nacional.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro 2025, o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez é composto por LFT – Letra Financeira do Tesouro, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Saldo em 31/12/2025	
	Custo amortizado	Valor de mercado
Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado		
Operações Compromissadas - Letras Financeiras do Tesouro (i)	58.465	58.465
	58.465	58.465

(i) Referem-se a operações compromissadas lastreadas em letras financeiras do tesouro e estão vinculadas a garantia dos saldos de moeda eletrônica, conforme determinada pela Resolução BCB nº 80/21.

Classificação por categoria e vencimento

	Saldo em 31/12/2025			
	Até 3 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado				
Operações Compromissadas - Letras Financeiras do Tesouro (i)	-	57.420	1.046	58.465
	-	57.420	1.046	58.465

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro 2025, o saldo de títulos e valores mobiliários é composto por certificados de depósitos bancários – CDBs e Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Saldo em 31/12/2025	
	Custo amortizado	Valor de mercado
Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado		
Certificados de depósitos bancários - CDBs(i)	132.480	132.480
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	88.610	88.610
Provisão sobre as aplicações interfinanceiras de liquidez (ii)	(97)	(97)
	220.993	220.993

(i) Referem-se a certificados de depósitos bancários, cuja remuneração é de 97% do CDI.

(ii) Em 31 de dezembro de 2025 foi constituída provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre os títulos e valores mobiliários, cuja carteira é composta por certificados de depósitos bancários (CDBs) no montante de R\$ 132.480 (NE 6). Sobre a respectiva carteira, foi calculado e provisionado o montante de R\$ 97, em acordo a Resolução BCB nº 352/2023.





Classificação por categoria e vencimento

Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado	Saldo em 31/12/2025			Total
	Até 3 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	
Certificados de depósitos bancários - CDBs	-	1.507	130.973	132.480
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	21.080	32.539	34.991	88.610
Total	21.080	34.046	165.964	221.090

Rendas de Títulos e Valores Mobiliários

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Certificados de depósitos bancários – CDBs	14.766	18.494
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	8.659	11.450
Total	23.425	29.944

7. VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

	Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	
Clientes (i)	113.872
Provisão de receita (pedágio)- mensalidade não faturada	4.480
Repasses a Receber de Partes Relacionadas (ii) - NE 20	27.411
Total	145.763

- (i) São constituídas pelos valores a receber de curto prazo de clientes e rede credenciada relativos a prestações de serviço da Edenred Mobilidade, tais como: valores transacionados e faturados a receber de clientes e comissões sobre as operações de saque e frete, mensalidades, taxas relacionadas a cartões, tarifas bancárias, gestão de despesa e manutenção de serviços, bem como valores a receber referente a serviços prestados sobre as operações de pedágio eletrônico.
- (ii) Refere-se à ativo financeiro vinculado ao produto Vale Pedágio, regulamentado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio da Resolução nº 251/2023. A Edenred Mobilidade atua como parceira da REPOM, empresa coligada, na condição de FVPO (Fornecedor de Vale Pedágio Obrigatório). Os clientes embarcadores contratantes da REPOM disponibilizam aos transportadores contratados os valores referentes ao vale pedágio obrigatório por meio de Tags controladas pela Edenred Mobilidade, em conformidade com a Lei Federal nº 10.209/2001 e conforme homologação da ANTT pela referida resolução.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Ativos financeiros ao custo amortizado	Saldo em 31/12/2025
Empréstimo - Mútuo (NE 20)	41.636
Adiantamentos	679
Outras contas a receber	99
	42.414





9. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas, e suas respectivas provisões.

Classificação	Faixa de Atraso	Valores a Receber	% Prov. Mínima (i)	% Prov. Esperada (ii)	Provisão para perda esperada
Não problemático	A vencer	104.878	1,90%	0,00%	1.481
	1 a 14 dias	1.426	1,90%	0,00%	27
	15 a 30 dias	227	7,50%	8,74%	37
	31 a 60 dias	85	15,00%	31,31%	39
	61 a 90 dias	123	38,00%	29,88%	84
Problemático	A vencer	1.250	53,40%	0,00%	668
Adimplido	Até 3 meses	855	53,40%	8,55%	530
Problemático inadimplido	Até 1 mês	216	53,40%	37,80%	197
	De 1 a 2 meses	144	56,80%	34,40%	131
	De 2 a 3 meses	92	60,20%	31,00%	84
	De 3 a 4 meses	51	63,60%	27,60%	47
	De 4 a 5 meses	114	67,00%	24,20%	104
	De 5 a 6 meses	219	70,40%	20,80%	200
	De 6 a 7 meses	620	73,80%	17,40%	565
	De 7 a 8 meses	34	77,20%	14,00%	31
	De 8 a 9 meses	934	80,60%	10,60%	852
	De 9 a 10 meses	493	84,00%	12,07%	474
	De 10 a 11 meses	255	87,40%	8,67%	245
	De 11 a 12 meses	19	90,80%	5,27%	19
	De 12 a 13 meses	325	94,20%	1,87%	312
	De 14 a 15 meses	5	97,60%	1,53%	5
	De 15 a 16 meses	47	100,00%	0,00%	47
	De 16 a 17 meses	199	100,00%	0,00%	199
	De 17 a 18 meses	84	100,00%	0,00%	84
	De 18 a 19 meses	176	100,00%	0,00%	176
	De 19 a 20 meses	205	100,00%	0,00%	205
	De 20 a 21 meses	194	100,00%	0,00%	194
	De 21 a 22 meses	145	100,00%	0,00%	145
	Mais de 22 meses	457	100,00%	0,00%	456
Total		113.872			7.638

(i) A Edenred Mobilidade adota a metodologia simplificada para constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto na Resolução BCB nº 352/2023. Os percentuais mínimos de provisão são definidos de acordo com as faixas de atraso dos contratos, conforme estabelecido nos Anexos I e II da referida norma, que tratam, respectivamente, das provisões incorridas e provisões adicionais.

(ii) Com base na prerrogativa e autonomia conferidas pela Resolução CMN nº 4.966/21 e pela Instrução Normativa BCB nº 352/23, a EMOB optou por aplicar um percentual adicional de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Essa decisão complementa os percentuais mínimos estabelecidos nas normativas mencionadas.

A movimentação da provisão para perdas esperadas no exercício findo em 31/12/2025 está detalhada a seguir:

Saldo em 01/01/2025

Constituições/Reversões

Saldo em 31/12/2025*

Exercício

(3.518)

(4.217)

(7.735)

*O saldo inclui R\$ 97 de provisão para perdas com títulos e valores mobiliários.





10. ATIVOS FISCAIS CORRENTES

10.1 Ativos fiscais correntes

	Saldo em 31/12/2025
IRRF a compensar sobre aplicações financeiras	2.766
IRRF a compensar sobre mútuos	304
IRRF a compensar sobre serviços	143
Pis e Cofins a recuperar	66
Impostos federais a restituir	49
Total	3.328

10.2 Ativos fiscais diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras, foram realizados no exercício de 2025 devido a alteração do regime tributário. Os valores são demonstrados a seguir:

	31/12/2024	Ajuste Adoção	Movimentação (i)	31/12/2025
Provisão amortização ágio fins Bacen	9.902	-	(9.902)	-
Provisão amortização mais valia	7.076	-	(7.076)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.616	(2.420)	(1.196)	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhista	-	-	-	-
Provisão para bônus e PLR	74	-	(74)	-
Outras provisões	71	-	(71)	-
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo	20.738	(2.420)	(18.318)	-

(i) A reversão do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos deve-se ao fato da Companhia ter optado pela alteração do seu regime de apuração de tributos federais, migrando do Lucro Real para o Lucro Presumido, conforme previsto na legislação tributária vigente (arts. 516 a 528 do RIR/2018). A decisão foi tomada após análise da estrutura operacional e financeira da Edenred Mobilidade, considerando fatores como simplificação das obrigações acessórias, previsibilidade na apuração dos tributos e adequação ao porte e à natureza das atividades desenvolvidas.

10.3 Reconciliação de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	31/12/2025
Receita operacional prestação de serviços	36.925
Lucro presumido à receita de serviços (32%)	11.816
Receita Financeira (100%)	54.205
Lucro para IRPJ e CSLL	66.021
Provisão para imposto de renda corrente	(16.481)
Provisão para contribuição social corrente	(5.942)
Despesa para imposto corrente	22.423
<i>Alíquota efetiva</i>	34%
Imposto de Renda e contribuição social a recolher	
Imposto de Renda e contribuição social devido	22.423
Pagamentos efetuados (desembolso de caixa e utilização retidos)	(14.962)
Imposto de Renda e contribuição social a recolher	7.461





11. OUTROS ATIVOS

	Saldo em 31/12/2025
Estoque - Tags (i)	2.127
Despesas Antecipadas	321
Total	2.448

(i) Refere-se ao estoque de Tags a serem disponibilizadas pela Edenred Mobilidade aos clientes consumidores pessoa física, no âmbito do produto Taggy. Essas Tags são dispositivos eletrônicos utilizados para pagamento automático de pedágios e estacionamentos, e serão entregues aos usuários como parte da estratégia comercial da empresa. O estoque representa o saldo contábil dos dispositivos ainda não ativados ou em uso, mantidos para atender à demanda dos clientes e garantir a continuidade da operação.

12. INVESTIMENTOS

a) Composição do investimento em 31 de dezembro 2025:

Investida	% Participação	Número cotas	Total Ativo	Total Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Greenpass Tec. em Pagt S.A	51%	157.133	352.187	365.907	(13.720)	5.512

b) Movimentação dos investimentos:

	Saldo em 31/12/2024	Remensuração de Valor Justo	Equivalência Patrimonial	Amortização de Intangível	Saldo em 31/12/2025
Investimento (i)	(9.809)	-	2.811	-	(6.998)
Ágio (i)	22.271	-	-	(10.279)	11.992
Call option (i) e (ii)	34.961	29.430	-	-	64.391
Mais Valia – Carteira de clientes e Softwares (i)	16.468	-	-	(7.345)	9.123
TOTAL	63.891	29.430	2.811	(17.624)	78.508

(i) Refere-se ao valor justo da opção de compra de 49% das ações da Greenpass. Em 31 de dezembro de 2025, o valor foi ajustado em decorrência da remensuração do valor justo das opções de compra da parcela remanescente das ações da Greenpass. Essa atualização considera a expectativa de desempenho da controlada com base no atingimento de metas orçamentárias, definidas conforme gatilhos contratuais no fechamento do negócio.





13. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível em 31 de dezembro de 2025:

	Taxa anual de Amortização - %	31/12/2025		
		<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Saldo Residual</u>
Software em desenvolvimento (*)	-	10.066	-	10.066
Software desenvolvido internamente	14,29	2.376	(671)	1.705
		12.442	(671)	11.771

(*) Refere-se as horas de serviços de profissionais especializados em tecnologia necessárias para o desenvolvimento de novos softwares utilizados na operação da Edenred Mobilidade.

b) Movimentação dos intangíveis e amortização:

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Custo					
Software em desenvolvimento	5.569	4.507	-	(10)	10.066
Software desenvolvido internamente	2.366	-	-	10	2.376
	7.935	4.507	-	-	12.442
Amortização					
Software desenvolvido internamente	(325)	(346)	-	-	(671)
	(325)	(346)	-	-	(671)
Valor líquido	7.610	4.161	-	-	11.771

Os testes de recuperação são realizados anualmente, no levantamento do balanço ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3. Não foram observados indicativos de perdas para os ativos intangíveis durante o respectivo semestre.

14. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO DE EMPRESA

Refere-se aos saldos mantidos em balanço referentes a aquisição da Greenpass.

	<u>Saldo em 31/12/2025</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado	
Contas a pagar de aquisição de empresa	25.844
Passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	
Contas a pagar de aquisição de empresa	
Call option (i) e (ii)	64.391
(i) Referem-se ao valor variável a pagar pela aquisição de 51% da Greenpass em 2022, cuja prestação vence em setembro de 2026.	
(ii) Refere-se a garantia de opção de compra de 49% das ações remanescentes da Greenpass (Vide nota explicativa nº 12).	

15. DEPÓSITOS DE CLIENTES



**Custo Amortizado**

Depósitos de clientes (i)

Total**Saldo em 31/12/2025**

7.275

7.275

(i) Refere-se aos recursos financeiros recebidos de clientes pessoa física para recarga de saldo nas Tags vinculadas ao produto Taggy, da controlada Greenpass. Esses valores representam créditos pré-pagos pelos usuários para utilização em serviços de mobilidade, como pedágios e estacionamento.

16. VALORES A PAGAR RELATIVOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO**Custo Amortizado**

Repasse a pagar a partes relacionadas (i) - NE 20

Vale Pedágio - VPO

Pérdu et Perime

Total**Saldo em 31/12/2025**

129.999

24.911

(14.654)

140.256

(i) Refere-se substancialmente a repasses para Greenpass para a liquidação financeira de valores de transações realizadas pelos usuários do Sistema Taggy e Parkky pela oferta White Label da controlada Greenpass à rede de aceitação de estacionamento e concessionárias de rodovias conveniadas. O prazo médio de repasse é de 30 dias.

17. OUTROS PASSIVOS

Outras contas a pagar partes relacionadas – NE 20

Outras contas a pagar

Fiscais e previdenciárias

Fornecedores

Obrigações sociais e estatutárias

Total**Saldo em 31/12/2025**

5.568

1.889

7.832

2.608

1.938

19.835**18. PROVISÃO PARA RISCOS**

Em 31 de dezembro de 2025 a Edenred Mobilidade não possui ações judiciais de qualquer natureza com probabilidade de perda provável ou possível.





19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2025, a Edenred Mobilidade passou por um processo de reestruturação societária, no qual o controle acionário foi transferido da Ticket Soluções Holding Financeira S.A. para a Repom Holding Financeira S.A., ambas integrantes do mesmo grupo econômico. No total, foram transferidas 82.374.450 ações, ao valor nominal de R\$ 0,91 por ação.

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 08/05/2025, foi aprovado o aumento de capital da Edenred Mobilidade no montante de R\$ 255.000. A integralização do referido aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil, mediante emissão de 630.908.301 novas ações ordinárias, sem valor nominal, passando de 82.374.450 ações para 713.282.751 ações.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Edenred Mobilidade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 330.283, representado por um total de 713.282.751 ações (82.374.450 ações em 31 de dezembro de 2024).

	%	Saldo em 31/12/2025
Repom Holding Financeira S.A.	100	330.283
		330.283

RESERVA DE CAPITAL

O valor de R\$ 659 registrado na rubrica “Reservas de capital” é decorrente de ágio de emissão de ações.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Conforme estatuto é conferido aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de reserva legal, conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Não houve distribuição de dividendos em função do prejuízo auferido na data base de 31 de dezembro de 2025.

20. PARTES RELACIONADAS

Conforme definições do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresa a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Em 31 de dezembro de 2025 a Edenred Mobilidade manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

Saldos Patrimoniais Ativos	31/12/2025
Contas a receber de partes relacionadas:	
Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A (a) (b)	18.557
Ticket Serviços S.A. (a)	305
Ticket Soluções HDFGT S.A. (d)(j)	8.536
Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento Hue S.A. (h)	13
Empréstimos Mútuo	





Saldos Patrimoniais Ativos	31/12/2025
Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento Hue S.A. (i)	41.636
Total	69.047
Saldos Patrimoniais Passivos	31/12/2025
Contas a pagar a partes relacionadas:	
Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento Hue S.A. (h)	(129.999)
Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A (a)	(300)
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A. (d)	(587)
Ticket Serviços S.A. (a, c, f)	(802)
Ticket Soluções HDFGT S.A. (d)	(3.876)
Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A (g)	(3)
Total	(135.567)
Resultado	31/12/2025
Receitas com prestação de serviços:	
Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A (a)	306
Edenred Solucoes De Pagamentos Hyla Sa	7
Pagbem Servicos Financeiros E De Logistica Sa	1
Ticket Gestao Em Manutencao Ezc Sa	8
Ticket Servicos Sa	189
Ticket Solucoes Hdfgt Sa	52
Receitas com Empréstimos Mútuo	
Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento Hue S.A. (i)	6.721
Total	7.284
Despesas com serviços tomados:	
Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento Hue S.A. (h)	(14.597)
Edenred Soluções de Pagamento HYL A S.A. (g)	(20)
Total	(14.617)

A natureza das operações com partes relacionadas está descrita a seguir:

- (a) Despesas do Centro de Serviços Compartilhados, referente às estruturas corporativas comuns a todos os negócios do grupo no Brasil.
- (b) Repasse relacionado a produto de vale pedágio onde a Repom contrata a Edenred Mobilidade como FVPO (Fornecedor de Vale Pedágio Obrigatório) para seus clientes, vide NE 7.
- (c) Fornecimento de benefícios (Ticket Refeição, Ticket Alimentação e Ticket Super Flex Home Office etc.)
- (d) Fornecimento de benefícios de combustível da empresa Ticket Soluções (cartão Fuel)
- (e) Remuneração mensal pela prestação dos serviços da Greenpass (leitura de tags) para os clientes da Edenred Mobilidade.
- (f) Capitalização de horas, repasse de custo time de tecnologia (GTA), vide NE 24, compartilhamento de despesas.
- (g) Fornecimento de benefícios Cartão GoodCard Plus
- (h) Fornecimento de serviços de tags (pedágio) para as demais empresas do Grupo.
- (i) Empréstimo de Mútuo:
 - Em Janeiro de 2025, foi concedido um empréstimo - mútuo a favor da Greenpass pela Edenred Soluções de Mobilidade no valor R\$ 24.000, remunerado a 100% do CDI e taxa de 4,75% ao ano.





- Em abril de 2025, foi concedido um empréstimo - mútuo a favor da Greenpass pela Edenred Soluções de Mobilidade no valor de R\$ 14.900, remunerado a 100% do CDI e taxa de 4,75% ao ano.

Mútuo - Ativo	Saldo em 01/01/2025	Adição	Pagamento	Juros	IRRF	Saldo em 31/12/2025
Greenpass Tec. em Pagt S.A	20.969	40.600	(25.916)	6.721	(737)	41.636
Total	20.969	40.600	(25.916)	6.721	(737)	41.636

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Receita líquida de prestação de serviços	18.566	34.845
Resultado de prestação de serviços (i)	19.675	36.925
Receita com mensalidade	14.569	30.692
Tarifa de emissão de cartão	190	400
Tarifa de outros serviços prestados(i)	1.321	2.025
Outras Receitas	3.595	3.808
(-) Impostos sobre serviços	(1.109)	(2.080)
Resultado de intermediação financeira	34.964	50.803
Resultado com títulos e valores mobiliários	23.425	29.944
Resultado com Juros de Empréstimo – Mútuo(ii)	4.042	6.721
Outras receitas Financeiras	9.386	17.540
Juros recebidos de clientes e estabelecimentos	2.377	4.553
Receita de "Pérdu et Péréimé"	7.009	12.987
Outras despesas Financeiras	(1.889)	(3.402)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	53.530	85.648

(i) As receitas de prestação de serviços correspondem às receitas com clientes, provenientes do consumo das Tags nas praças de pedágio pelo portador.

(ii) Empréstimo Mútuo com a controlada Greenpass, vide NE 20.





22. CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS

Abaixo apresentamos a conciliação dos custos operacionais:

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Captura e processamento (i)	(8.813)	(16.412)
Parceiros e representação comercial	(876)	(1.652)
Outros	(322)	(749)
	(10.011)	(18.813)

- (i) Refere-se ao custo sobre a captura e processamento das transações em pedágios e estacionamento (sistemas Taggy e Parkky), operados em conjunto a controlada Greenpass. Esse custo abrange a infraestrutura de rede e servidores, tecnologias de integração com sistemas de cobrança automática, segurança da informação, além da operação logística e suporte técnico necessários para garantir a disponibilidade e confiabilidade do serviço.

23. DESPESAS COM PESSOAL

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Proventos	(2.248)	(3.998)
Encargos sociais	(915)	(1.625)
Benefícios	(593)	(992)
Férias e encargos	(246)	(373)
Gratificações	(722)	(953)
Outros	(12)	(26)
	(4.736)	(7.967)

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Compartilhamento de despesas (i)	(1.878)	(3.400)
Despesa de marketing	(503)	(901)
Assessoria e representação	(367)	(738)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(62)	(101)
Despesas com infraestrutura	(67)	(93)
Gastos com Impostos e Taxas	(74)	(97)
outros	(3)	(4)
	(2.954)	(5.334)

- (i) Despesas do Centro de Serviços Compartilhados, referente às estruturas corporativas comuns a todos os negócios do grupo no Brasil, vide NE 20.





25. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro ou prejuízo por ação, está demonstrado a seguir:

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Lucro/Prejuízo Líquido	13.084	(8.094)
Ações ordinárias (em milhares) utilizadas na apuração do por ação	713.283	713.283
Lucro por lote de mil ação - R\$	18,34	(11,35)

26. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCO

Visando o atendimento à Resolução BCB nº 198/2022, a Edenred Mobilidade, adota uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

A Edenred Mobilidade possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

a) Risco operacional

A Edenred Mobilidade possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Edenred Mobilidade, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

b) Risco de liquidez

É o risco de a Edenred Mobilidade não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Edenred Mobilidade gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

c) Risco cambial

A Edenred Mobilidade não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus ativos e passivos são denominados em reais.

d) Gerenciamento de capital

As instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil devem manter um Patrimônio Líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. A partir de 14 de fevereiro de 2024, data da autorização pelo Banco Central do Brasil para a Edenred Mobilidade atuar como instituição de pagamento, a Edenred Mobilidade passou a fazer parte do Conglomerado Prudencial do Grupo Edenred, tendo a Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A. como líder do Conglomerado. Os limites de capital regulatório são apurados de forma consolidada e apresentados nas demonstrações financeiras da líder do conglomerado prudencial.





e) Garantias concedidas

A Edenred mobilidade figura como fiadora em operação realizada junto ao Banco ITAU UNIBANCO SA, no montante de R\$ 150.000, tendo como afiançado a EDENRED MOBILIDADE e como favorecida a empresa a GREENPASS. O objeto da fiança é garantir dívida pecuniária decorrente exclusivamente da caução contratual, referente às obrigações assumidas conforme Contrato de Prestação de Serviços

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

Não há nenhuma transação sem efeito no caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em continuidade ao plano de negócios da companhia, que tem como objetivo, ampliar o número de usuários e a capacidade de vendas do produto Taggy, conforme apresentado na NE 12, a companhia fez a opção de compra de 49% das ações da Greenpass, que foi executada em 12 de junho de 2026.

A transação liquidada foi composta por R\$27.139, referentes ao pagamento do Earn Out, e R\$58.911, referentes ao exercício da Call Option, permaneceu retido o montante de R\$ 5.000 a título de garantia contratual (holdback), com previsão de pagamento em até dois anos, totalizando assim R\$ 63.911.

Eduardo Diefenthaler Fleck
Diretor presidente

João Amaral
Diretor Administrativo e Financeiro

Ana Flavia Rodrigues Lanza
Contadora CRC- 1SP 322213/O-8